

Negociação Internacional I

A salvaguarda da discórdia

André Meloni Nassar*

O FRACASSO das negociações da Rodada Doha na reunião de Genebra de final de julho deste ano não vai impedir o agronegócio brasileiro de continuar a se expandir no mercado internacional. No entanto, não se pode fazer pouco caso dos resultados sobre o impacto no comércio agrícola mundial em geral, e para a agricultura brasileira, em particular. Assim, não é verdade que os custos da falta de acordo são nulos para o Brasil.

Para entender como e onde a agricultura brasileira deixou de ganhar com a falta de acordo é preciso entender o que estava em jogo nas negociações. A substância da Rodada Doha, ou seja, as ambições em termos de eliminação de subsídios às exportações, maior abertura de mercados e redução de subsídios aos produtores dos países desenvolvidos, começou a tomar forma no decorrer de 2005. Nesse ano, o G20 – grupo de países em desenvolvimento, idealizado e liderado pelo Brasil, teve papel importante na Rodada, ao apresentar um documento com uma série de propostas sobre os diversos temas em negociação. O texto do G20, com a intenção de balizar as discussões que ocorreriam em dezembro do mesmo ano, na reunião ministerial de Hong Kong, abriu as portas para as negociações de substância.

Na ocasião, o G20 trouxe idéias inovadoras, como o chamado teto global de subsídios, com a intenção de romper com o conceito de caixas coloridas da OMC (amarela e azul, sobretudo) e os limites de subsídio específico por produto. Ambas as propostas criavam novas disciplinas para constranger os norte-americanos ao

abusar de políticas que afetavam o mercado internacional.

Jogadas na mesa de negociação em meados de 2005, as propostas do G20 eram prenúncios do grau de ambição da Rodada e dos temas mais polarizadores dos interesses dos protagonistas da negociação. Uma leitura mais atenta dos documentos do G20 mostrava que o grupo não apresentou qualquer proposta para o tema estopim do fracasso: salvaguardas para países em desenvolvimento. Qualquer semelhança do futuro com o passado não foi mera coincidência.

As salvaguardas para países em desenvolvimento se transformaram no divisor de águas entre exportadores e importadores. O tema era uma panela de pressão pronta para explodir a qualquer momento. Não era difícil antever o desfecho da reunião de Genebra. Em junho de 2006, ao comentar o insucesso da reunião do G4 (Brasil, Estados Unidos, Índia e União Européia) na Alemanha, escrevi o seguinte: “A minha aposta era de que o ‘não acordo’ teria como estopim as flexibilidades para países em desenvolvimento, tema de central interesse para os indianos”¹. Coincidência? Certamente não.

Nos temas agrícolas, a ambição da Rodada era balizada por três interesses defensivos centrais:

- A relutância dos EUA em aceitar reduções em apoio doméstico, que viessem a afetar suas políticas para grãos;
- Resistência européia em ampliar acesso ao seu mercado com a expansão de cotas de tarifárias (carnes, frutas, vegetais e lácteos);

- Oportunismo, por parte dos indianos e chineses, ao usar o mecanismo de salvaguardas para elevar suas tarifas além dos compromissos assumidos em rodadas anteriores.

Os interesses do Brasil na Rodada, país exportador e sem interesses defensivos em agricultura, passavam pelos três temas. Não interessa para o Brasil o aumento de tarifas proposta pela Índia e China. No entanto, a probabilidade da abordagem indiana e chinesa ser aceita era baixa. Tanto isso é verdade que o tema bloqueou as negociações.

Se estávamos brigando contra um aumento nas tarifas dos países em desenvolvimento, fica claro que o ganho da Rodada tinha quase nada a ver com a maior abertura de mercado dos emergentes. Assim, nossos ganhos estavam exclusivamente associados aos temas defensivos dos países desenvolvidos.

Ganhos podem ser graduados por magnitude. A dessa rodada já foi maior no seu princípio, em 2001. Depois, foi se estreitando, como consequência natural do processo negociador. No entanto, os ganhos estavam lá. Se já existisse um teto por produto, que limitasse os subsídios dos EUA para o algodão em US\$ 600 milhões, a receita de exportação do Brasil, entre 1999 e 2003, pico dos subsídios concedidos no produto, teria sido, pelo menos, 5% maior. Se a Rodada tivesse sido concluída, as novas quotas para carne de frango, carne bovina e etanol na UE aumentariam as importações do bloco em cerca de US\$ 4 bilhões dos níveis atuais em 2014, final previsto do período de implementação dos acordos.

Crescimento econômico e demanda por alimentos são os condutores do crescimento do comércio entre países em desenvolvimento. Assim, é verdade que a Rodada seria indiferente na abertura dos mercados dos países emergentes. No en-

tanto, sem a Rodada, nada de novo acontecerá nos países desenvolvidos. Hoje e no futuro próximo continuaremos sujeitos a reviver preços internacionais deprimidos como consequência do subsídio norte-americano e a escalar os picos tarifários se

quisermos vender mais carnes e etanol para os europeus. ■

* Diretor geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais

1 Artigo *O não-acordo na Rodada Doha*, publicado no jornal *Valor Econômico* em 22/06/2007.

Cronologia da Rodada Doha

Novembro de 2001

membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), no Catar, lançam a Rodada Doha de negociações multilaterais, com ênfase no desenvolvimento e abertura dos mercados agrícolas, de manufaturados e de serviços. A meta é concluir a rodada até 1º de janeiro de 2005.

Janeiro de 2002

Com a rápida seleção dos presidentes dos grupos de negociação em Genebra, sede da OMC, o princípio da Rodada é promissor.

Março de 2003

O prazo para reduzir as tarifas agrícolas, os incentivos internos e os subsídios à exportação, bem como as negociações sobre produtos manufaturados e o o setor de serviços não são cumpridos.

Setembro de 2003

No encontro de Cancún (México), os países em desenvolvimento criticam a proposta agrícola dos Estados Unidos e da União Européia (UE) e formam o bloco de negociações chamado G20, liderado pela Índia e pelo Brasil.

Janeiro de 2004

Robert Zoellick, representante da área de comércio dos EUA, estimula a retomada do processo.

Julho de 2004

Negociadores acertam a conclusão da rodada, porém adiam as decisões mais problemáticas.

1º de janeiro de 2005

O prazo para concluir a rodada não é cumprido.

Dezembro de 2005

Quinta reunião ministerial da OMC, em Hong Kong. Os países concordam em eliminar subsídios agrícolas até 2013, mas não acertam cortar os incentivos pagos internamente e as tarifas.

Abril de 2006

Em Hong Kong, os negociadores deixam de cumprir os prazos para os produtos agrícolas e manufaturados.

Julho de 2006

Continua o impasse em torno da agricultura. O G6 (EUA, UE, Brasil, Índia, Japão e Austrália) e Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, suspendem as negociações.

Fevereiro de 2007

Lamy declara a retomada das negociações multilaterais.

Maio de 2007

Para Lamy: "um fracasso da Rodada Doha significaria ignorar o

comprometimento com um sistema mundial de comércio mais amigável do ponto de vista comercial".

Junho de 2007

Reunião, em Potsdam, entre a chefe dos EUA para a área comercial, Susan Schwab, o comissário do Comércio da UE, Peter Mandelson, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o ministro indiano do Comércio, Kamal Nath. As negociações fracassam. Brasil e Índia reclamam da exigência dos EUA e da UE, de abertura excessiva dos mercados de manufaturados em troca de cortes em seus subsídios e tarifas.

Julho de 2007

Anunciado projeto de acordo entre o embaixadores do Canadá, Don Stephenson, e o da Nova Zelândia na OMC, Crawford Falconer, que presidem os grupos de negociação sobre os produtos industrializados e agrícolas.

Setembro de 2007

Os países membros da OMC discutem as diferenças nas questões técnicas abordadas nos textos.

Novembro de 2007

O embaixador uruguaio na OMC, Guillermo Vales Galmes, faz circular um texto de negociação que os EUA consideram decepcionante.

Janeiro de 2008

Proposta de encontro ministerial para avançar a Rodada.

Fevereiro de 2008

Falconer e Stephenson divulgam versões revisadas das propostas sobre os produtos industrializados e agrícolas.

25 de junho de 2008

Lamy pede que alguns ministros reúnam-se em Genebra a fim de estipular um projeto de acordo para os dois setores, prevenindo completar o restante da Rodada ainda neste ano.

27 de junho de 2008

Prevalece o impasse nas questões de subsídios e tarifas, mas os países membros da OMC corroboram o encontro dos ministros.

Julho de 2008

Falconer e Stephenson divulgam as atualizações dos textos em negociação, a serem apresentados aos ministros nos encontros de alto escalão marcados para 21 de julho.

29 de julho de 2008

EUA e Índia não chegam a acordo sobre as medidas a serem adotadas para proteger os agricultores de países pobres contra uma entrada maciça de produtos importados. As negociações entram em colapso.